

Rio cria plano de direitos humanos

MONA BITTENCOURT E
DANIELE LUA

No ano passado, 429 pessoas morreram violentamente nas favelas do Rio. A esmagadora maioria, jovens de 15 a 24 anos atingidos por armas de fogo. Esses são alguns dos dados que serão apresentados segunda-feira, na abertura da Conferência Municipal dos Direitos Humanos, às 10h, na Câmara dos Vereadores. A reunião será o ponto de partida para a criação do Plano Municipal de Direitos Humanos, previsto pelo Plano Nacional aprovado pelo governo federal há dois anos.

Das metrópoles brasileiras, apenas o Rio não tem ainda o plano. São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre já implementaram os seus. De acordo

com a vereadora Jurema Batista (PT), o Plano Nacional de Direitos Humanos estabelece que as prefeituras ajustem a criação dos programas às necessidades da cidade.

Jurema tomou para a Câmara a tarefa que caberia à prefeitura após um encontro, no início do ano, com o Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregory. O legislativo carioca vai tentar organizar propostas pela elaboração de um projeto de lei.

A idéia é abrigar sob a mesma legislação a criação de abrigos para mulheres vítimas de violência, programas de proteção a testemunhas, e atendimento a questões como discriminação racial e por sexo. "A base é a Carta de Direitos Humanos, mas também abordaremos o acesso à saúde e à educação", explicou Jurema. As

reuniões vão durar até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, quando será finalizado o esboço do projeto.

Dados - A pesquisa realizada pela seção estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos, coordenada pelo padre Pierre Roy, apontou a Favela do Jacarezinho como o local onde ocorreu a maioria dos homicídios. Do total de 429 mortes, 97,4% foram provocadas por armas de fogo, com predominância de pistolas e fuzis. Desses assassinatos, 79% tinham relação com atividades ilícitas, e destas, 66% eram vinculadas ao tráfico de drogas.

Ainda de acordo com o levantamento, do total de mortes 64% tiveram como origem uma ação policial, e 18% foram causadas por conflitos entre traficantes.

Dos 429 mortos 60,1% pertenciam à faixa etária de 15 a 24 anos. E desses, 94,9 eram homens e 5,1%, mulheres.

Uma sigla - No âmbito estadual, criado em 1983 por Leonel Brizola, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos é, hoje, só uma sigla da administração fluminense. Além disso, a redação do projeto excluiu a participação da sociedade civil e de ONGs. Dezesete anos depois da fundação, o redator, o advogado Paulo Henrique Matta Machado, é o autor de um projeto de lei do deputado estadual Geraldo Moreira (PDT), que quer apagar as arestas do passado. Para Moreira, a formulação do Conselho foi adequada à época, pós-ditadura e, portanto, "fugiu do espírito democrático do projeto."

"Havia ainda resquícios da di-

ditadura e o conceito dos direitos humanos era restrito, basicamente, à tortura", afirmou. O deputado acredita que o fato de ter nomeado como presidente do órgão o governador inviabilizou o projeto. "Ficou não funcional. Como ele poderia se reunir esporadicamente com a quantidade de atribuições que tem?", indaga.

Pelo projeto de lei, o Conselho seria formado por 18 representantes de todas as esferas de poder estadual, com mandato de dois anos. Além disso, a instituição seria uma espécie de instância imediata para o julgamento. "Se uma pessoa for, por exemplo, molestada por um policial, irá recorrer ao Conselho", exemplificou Geraldo. O projeto já foi distribuído às comissões técnicas da Alerj e deverá ser votado em 40 dias.